



VIOLÊNCIA SIMBÓLICA PARA PIERRE BOURDIEU: A RELAÇÃO COM ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Milene de Oliveira Machado Ramos Jubé¹
Claudia Valente Cavalcante²
Claudia Maria Jesus Castro³

RESUMO: O artigo intitulado Violência simbólica para Pierre Bourdieu: a relação com a escola contemporânea, tem como objetivo abordar a violência simbólica, objeto de estudo bastante discutido no campo da sociologia, por vários autores e em especial por Pierre Bourdieu, e a sua relação com a escola, e também relacionar o *habitus* e os programas destinados ao combate a violência. O trabalho está dividido em quatro subitens, para melhor compreensão do assunto estudado. Inicialmente, conceituaremos a violência simbólica, a seguir trataremos como a escola reproduz a violência simbólica; logo, abordaremos autoridade e ação pedagógica e finalmente, discorreremos sobre *habitus* e programas voltados à cultura da paz. A preocupação e interesse em estudar esse fenômeno ocorre, pelo alto índice de violência existente na sociedade, de modo geral, no mundo contemporâneo e conseqüentemente como não poderia deixar de ser, a extensão de tal problema social, atingindo de forma bastante intensa o interior da escola, causando bastante prejuízo dos conteúdos e das relações sociais. Para esse estudo foram selecionados vários autores, que são referência no assunto e que muito contribuíram para o melhor entendimento da dinâmica do jovem na escola contemporânea e a relação com a violência nesse contexto.

Palavras-chave: Cultura da Paz. Jovens. Violência.

Eixo Temático: III Ciências Humanas e Sociais

INTRODUÇÃO

O presente artigo, resultado dos estudos de uma dissertação em Educação em andamento, traz como objeto de estudo a Juventude e a violência na escola e se justifica pela preocupação e inquietação que o tema violência nos remete no ambiente escolar, no mundo contemporâneo. Pretendemos analisar a maneira como a violência ocorre na escola e como ela é reproduzida nesse espaço que deveria ser para a promoção da igualdade e respeito à diversidade. Para situarmos nosso objeto de estudo, faz-se necessário conceituar violência e juventude no contexto sociológico.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação; Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino. milenejube@hotmail.com

² 2 Professora do Programa de Pós-graduação em Educação; Doutora em Educação. cavalcante.70@hotmail.com

³ 3 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação; titulação acadêmica; Especialista em Psicopedagogia com ênfase em educação Inclusiva. claudiamjc@hotmail.com

O termo violência é controverso, por isso, Misse (2008) afirma que é preciso cautela ao tratar da violência, devendo-se preferir sempre: “violências, assim, no plural, pois que não existe “a” violência, mas muitas, diversas, postas em distintas funções, servindo a diferentes destinos (MISSE, 2008, p. 165). É exatamente a polissemia da “violência” que a torna plural e que exige muita vigilância teórica ao se utilizar o conceito.

A juventude é o período de vida que normalmente ocorre entre a infância e a idade adulta (MICHELLES, 2009). De acordo com as disposições estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), poderíamos dizer que ocorre entre 15 e 24 anos, sendo portanto, uma etapa importante em si, pois é o tempo de vida em que os seus interesses, os projetos e suas relações com o mundo ao seu redor desvinculam-se parcialmente da família e se constituem em seus grupos sociais e culturais.

Pierre Bourdieu (1983), afirma que assumir a juventude como um fenômeno unívoco, independente de clivagens sociais, é uma tentativa de manipulação da realidade, pois não considerar as diferentes oportunidades vivenciadas por jovens de distintas classes sociais resultaria em análises caricaturais do fenômeno. Para o autor, teríamos duas juventudes: a experimentada pelos filhos da burguesia e outra, bastante restrita e quase ausente, vivenciada pelos filhos dos operários. Ignorar tais diferenças de classes no estudo da juventude significa contribuir para a ideologia dominante de reprodução de privilégios. Uma consequência importante é a necessária interpretação da cultura juvenil como cultura de resistência. Os valores compartilhados pelos jovens seriam reflexos dos valores de suas correspondentes classes sociais. Para esse estudo foram selecionados vários autores, que são referência no assunto e que muito contribuíram para o melhor entendimento da dinâmica do jovem na escola contemporânea e a relação com a violência nesse contexto. O objetivo deste artigo é discutir o conceito de violência e violência simbólica e os programas de paz propostos para a escola a fim de reduzir a violência escolar. O texto está dividido em quatro partes: inicialmente, conceituaremos violência simbólica e como a escola reproduz a violência simbólica; abordaremos os termos autoridade e ação pedagógica e finalmente, *habitus* em Pierre Bourdieu e programas voltados à cultura da paz.

Conceito de violência simbólica

Bourdieu (1997, p. 204) "considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural."

Percebe-se assim, que as desigualdades sociais são multiplicadas pela escola (conservadora), tornando-se permanente a aristocracia escolar, que acaba desenvolvendo estratégias de auto-(re) produção.

A violência simbólica ocorre no meio educacional na medida em que exclui o aluno que não se enquadra nos padrões impostos pela instituição educacional, logo deixando-o às margens do processo, o que, posteriormente, o leva ao desestímulo e finalmente à exclusão. A escola, nesse sentido, não busca incluir os desiguais, esses são tidos como preguiçosos, fracos e incapazes e o fracasso é atribuído a eles como falta de aptidão ou esforço diante às demandas da escola.

Para Bourdieu (1998) violência simbólica, é vista como a forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica. A violência simbólica se dá na criação contínua de crenças no processo de socialização, que leva o indivíduo a se posicionar no espaço social, seguindo os padrões e costumes do discurso. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento através do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Assim, violência simbólica, para ele é o meio de exercício do poder simbólico. Os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre nós (sociedade e indivíduos) numa complexa relação de interdependência. Ou seja, a posição social ou o poder que detemos na sociedade não dependem apenas do volume de dinheiro que acumulamos ou de uma situação de prestígio que desfrutamos por possuir escolaridade ou qualquer outra particularidade de destaque, mas está na articulação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico.

A violência simbólica é exercida em todos os meios sociais e também na escola, segundo Bourdieu (1998). Na sociedade contemporânea, os pais cada vez mais se distanciam do papel de educar seus filhos e atribui à escola esse papel, o que se configura como o principal agente

educacional da sociedade atual. E lamentavelmente, ao invés do que se espera, a escola não vem educando para formar cidadãos e sim para legitimar o poder simbólico da classe dominante.

A Educação, na teoria de Bourdieu (1992), perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais.

Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectiva. Teoricamente, através da educação, o indivíduo pode tornar-se capaz de distinguir quando está sendo vítima da violência simbólica e tornar-se um ator social que vá contra a sua legitimação, porém sair dessa condição não é fácil, pois o próprio sistema impõe regras que faz com que a criança desde cedo internalize as regras do campo do sujeito em desvantagem social e escolar e reproduza sua condição social.

Na perspectiva de Bourdieu (1992) a escola não seria uma instituição imparcial, neutra, mas um lugar que seleciona os mais talentosos a partir de critérios objetivos. Ele questiona a neutralidade da escola e do conhecimento escolar. Na verdade, o que essa escola cobra dos alunos são os gostos, as crenças, os valores e as posturas dos grupos dominantes, tida como cultura universal. A cultura, a herança familiar que os constituem como indivíduos e de um grupo social são desvalorizadas pela escola pois não são consideradas legítimas. Bourdieu (1992, p.52) "ressalta que em relação às camadas dominadas, o maior efeito da violência simbólica exercida pela escola não é a perda cultural familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena (mesmo porque essa inculcação, como já se viu, seria prejudicada pela falta de condições necessárias à sua recepção), mas o reconhecimento, por parte dos membros dessa camada, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais- por exemplo, da medicina, da arte e da linguagem populares, e mesmo do direito consuetudinário- em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados."

Bourdieu, ao analisar a escola como produtora de uma violência, tida como simbólica, ressalta que a escola trataria todos iguais, avaliaria também igualmente, todos assistiriam às mesmas aulas, obedeceriam as mesmas regras, teriam as mesmas oportunidades. Porém, Bourdieu mostra, que as chances são desiguais, alguns estariam em condições mais favoráveis para atender certas exigências exigidas, enquanto outros por inúmeros motivos social e cultural, por exemplo, sempre estariam em desvantagem, não podendo concorrer de igual forma.

Autoridade pedagógica e ação pedagógica

A legitimidade da instituição escolar e da ação pedagógica que nela se exercem, ou seja, a autoridade pedagógica, só pode ser garantida na medida em que o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar é deixado de lado. Apesar de arbitrária e socialmente vinculada a uma classe, a cultura escolar precisaria, para ser legitimada, ser apresentada como uma cultura neutra. A autoridade alcançada por uma ação pedagógica seria proporcional à sua capacidade de se apresentar como não arbitrária e não vinculada a nenhuma classe social.

Uma vez reconhecida como legítima, como portadora de um discurso não arbitrário e socialmente neutro, a escola passa a poder exercer, na perspectiva bourdieusiana, suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Essas funções se realizariam, em primeiro lugar, paradoxalmente, por meio da equidade formal estabelecida pela escola entre todos os alunos.

Segundo Bourdieu (1998, p. 53), " para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais."

Ao tratar todos, de igual modo, inclusive os diferentes, em direitos e deveres, a escola privilegiaria quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado. Para Bourdieu (1998), o grau de compreensão, assimilação e aproveitamento vai depender do grau de domínio que tem do código necessário à decifração dessa comunicação. Ou seja, esse domínio variaria de acordo com o distanciamento ou não, cultural ou familiar que o aluno possui, para ser privilegiado ou não na aquisição do saber. Comparar um aluno da classe dominante que possui uma bagagem cultural e familiar, com um aluno de classe desfavorecida que não teve tais privilégios, seria simplesmente injusto, assim como esperar resultados iguais dos desiguais. Para os alunos das classes dominantes, a cultura escolar seria sua própria cultura, reelaborada e sistematizada. Para os demais, seria uma cultura estrangeira.

Ao analisar a escola contemporânea quanto a esse quesito das diferenças, percebe-se que ela valoriza e cobra não só o domínio de um conjunto de referências culturais e linguísticas, mas também um modo de relacionar com a cultura e o saber. Dessa forma, a instituição de ensino, principalmente que lida com o aluno das classes dominantes, valoriza o aluno tido como brilhante, talentoso e inteligente, pois esses atendem às exigências da escola e trazem retorno nos índices de

desempenho da escola e são vistos como alunos de valor, de futuro e que se deve investir. Na classe média, esse investimento é muito pesado nesses alunos, que também estão entre a elite. A família investe na educação, na cultura, em língua estrangeira, prevendo um futuro brilhante em suas carreiras profissionais, esse processo denominado Capital Cultural. A cultura dominante, ou o modo dominante de lidar com a cultura, é valorizado pela escola, usado como critério de avaliação e hierarquização dos alunos. Esses estariam sendo julgados, exclusivamente, por suas habilidades naturais. O que fica claro, porém é que os capitais econômico e cultural separam e segregam as classes de modo que, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, existirá uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo, culturais e as desigualdades e hierarquias internas ao sistema de ensino. A escola cobra posturas, conhecimentos e o capital cultural, que somente aqueles que desde a infância foram socializados na cultura legítima podem ter. Incluir aqueles que não fazem parte dessa cultura e classe social, é tarefa quase que impossível, por mais que se trate de um aluno esforçado e interessado, o próprio sistema segrega (Bourdieu, 1998).

***HABITUS* e programas voltadas a cultura da paz**

A violência que presenciamos na escola, geralmente, é a mesma vivenciada na sociedade. Na maioria dos casos, o aluno reproduz na sala de aula aquilo que vive em sua própria casa, nas suas relações sociais e nas ruas. Há, de modo geral, uma crescente banalização da má educação, uma ausência de consciência de limites, uma violência instalada nos lares e na sociedade. Reflexo de um fenômeno que se alastra em distintos espaços sociais. Assim, a violência vivenciada no ambiente escolar é o reflexo de uma sociedade violenta.

Bourdieu (1998) acredita que os indivíduos, através de suas escolhas e ações, reproduzem as instituições sociais. Mas os indivíduos não fazem isso conscientemente, eles reproduzem hábitos, condutas costumeiras. O *habitus* é história transformada em natureza. Ele atua como uma interferência externa que se torna parte dos indivíduos. Os indivíduos, através do *habitus*, tomam por suas as escolhas feitas pelo sujeito coletivo que foram tipificadas.

Toda violência exercida na escola, tanto a consciente como a inconsciente, são maléficas, nocivas e devem ser banidas desse ambiente. A escola deveria ser local de educar, formar, transformar, de incluir, de conhecimento, conquistas, aprendizados e relações sociais; porém,

muitas vezes não tem desempenhado esse papel e, muitas vezes, reproduz atos violentos da sociedade. A educação tem papel fundamental nessa perspectiva, pois através dela, o homem pode ser transformado e não somente reproduzir a sociedade.

A partir dessa problemática da violência e de condutas costumeiras de conflitos familiares e também no ambiente escolar, percebe-se a necessidade de que políticas públicas de pacificação para que sejam implantadas e implementadas na sociedade e no ambiente educacional. Com esse intuito de amenizar a problemática da violência no cenário social, que projetos e programas voltados para a cultura da paz têm sido pensados, implementados e articulados, com a finalidade de que esses também se tornem ações de combate à violência e que essas práticas sejam incorporadas de forma a extinguir a violência no ambiente escolar, lembrando que os conflitos na escola são inerentes à ela portanto passíveis de serem dialogados e solucionados. O mais importante na vivência das práticas de disseminação de cultura da paz que são utilizadas e vivenciadas por jovens em conflitos nas escolas, é constatar que efetivamente elas podem fazer o processo de restauração de valores e de comportamentos, capazes de recuperar não somente o jovem envolvido no conflito, mas sua família e pessoas próximas ligadas a ela.

A cultura da Paz é um conceito advindo das políticas educacionais orientadas pelos documentos elaborados pela Unesco que tem como objetivo educar para valores, para a paz e para a construção da cidadania. Nesse sentido, Noletto (2002, p. 7) afirma que preparar para a paz significa:

respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar; praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes; compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica; defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e ao rechaço ao próximo; promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta; e contribuir com o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, para criar novas formas de solidariedade.

Isto é, a Cultura da Paz é um meio para assegurar valores para uma vida democrática, como a igualdade e a justiça social e está inserida nas demandas dos direitos humanos. “Trabalhar na educação, na construção solidária de uma nova sociedade, onde o respeito aos direitos humanos e

à diversidade se traduzam concretamente na vida de cada cidadão, onde haja espaço para a pluralidade e a vida possa ser vivida sem violência“ (NOLETO, 2002, p. 7).

Nesse sentido é importante considerar que a produção da violência não é apenas um caminho de mão única. Ela pode ser tanto produzida pela escola, por meio da violência simbólica, quanto produzida por jovens que resistem à cultura dominante. Investigar essa relação conflituosa entre a violência escolar, os programas de Cultura da Paz e o que os jovens pensam acerca da violência e dos programas de Cultura da Paz que este trabalho de mestrado pretende compreender.

Considerações finais

Ao concluir esse trabalho, questionamos será que a escola realmente tem desempenhado seu papel? São muitas as indagações, pois apesar da evolução e desenvolvimento em várias áreas das ciências, do conhecimento, e do avanço das tecnologias, ainda percebemos que a escola parece não cumprir o que realmente lhe incumbe. Somente reproduzir saberes, deixar-se dominar pela cultura dominante, e não valorizar as características individuais, habilidades naturais, a cultura legítima, alimenta uma crítica feroz ao sistema educacional.

Para Bourdieu (1998), a educação perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Isso devido à inversão dos papéis atribuídos. A valorização nas diferenças, segundo a origem social e familiar e as repercussões dessa formação diferenciada para suas atitudes e comportamentos escolares. Para ele o aluno trás sua bagagem (social e cultural). O grau variado de sucesso alcançado pelo aluno ao longo do percurso se dá por sua origem social, que o colocava mais em condições mais ou menos favorável diante das experiências escolares. Percebe-se que os capitais cultural e econômico influenciam de forma direta no aluno, pois acabam sendo incorporados no sujeito.

A escola não é neutra, ela cobra dos alunos costumes, crenças e gestos e valores dos grupos dominantes, que são apresentados como cultura universal. Ela exerce a violência simbólica, na medida o professor e a própria instituição exerce a coerção, onde o aluno se vê dominado por ela, privando-lhe do pensamento e a criatividade. A avaliação não possui critérios que privilegie as diferenças dos alunos, tratando todos iguais, visto que tais diferenças não poderiam passar sem a

percepção do professor. A avaliação do aprendizado deveria ser feita observando critérios que verdadeiramente os diferencie, somente assim seria justa.

A Cultura da Paz, como uma forma de amenizar essa violência tanto produzido pela escola como pelos jovens, tem sido uma das orientações das políticas educacionais internacionais (Unesco) que visam minimizar os conflitos gerados por essa relação tensa entre as culturas e entre os agentes de distintos grupos culturais e sociais presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questão de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Meditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. São Paulo: Vozes, 1998.p. 39-64.

MICHELLES. **Dicionário Escolar de Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos Ltda, 2009

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. In: _____ . (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. A escola e o processo de reprodução das desigualdades sociais. In: _____ . **Bourdieu e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. A paz no cotidiano. In: DISKIN, Lia; ROIZMAN Laura Gorresio. Paz, **Como se faz?**: semeando cultura de paz nas escolas. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

RESENDE, T. F.; NOGUEIRA, Claudio M. Martins; NOGUEIRA, M.A. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. **Educação e Sociedade** (impresso), v. 1, p. 953-970, 2011.

SPOSITO. Marília Pontes. Estado da Arte sobre Juventude: uma Introdução. In: **O Estado da Arte sobre Juventudes, pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social** (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, v.1. 2009.